



Serviço essencial
Sindicato indispensável

Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de SP

www.sinergiacut.org.br

Mulheres nos espaços de decisão

Mais democracia, mais igualdade, mais conquistas para todas

Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT atua em todas as etapas das conferências e fortalece a construção de políticas públicas para as mulheres

Depois de uma década, a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres voltou a acontecer, entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro de 2025, reafirmando a força coletiva das mulheres organizadas em todo o país.

O Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT esteve presente em todas as etapas desse processo, desde a base até a construção nacional:

- ✓ Conferência Livre
- ✓ Conferência Municipal
- ✓ Conferência Estadual
- ✓ Conferência Nacional

Mais do que participação, foi construção coletiva. Foi escuta, foi proposta, foi luta.

A coordenadora do coletivo, Rosana Gazolla, foi eleita em todas as etapas, representando as mulheres com firmeza, compromisso e voz ativa nos espaços de decisão.

Essa Conferência marca um momento histórico: mulheres de todo o Brasil reunidas para pensar políticas públicas reais, que impactam diretamente a vida de quem trabalha, cuida, sustenta e resiste todos os dias.

E o resultado desse processo são propostas concretas, construídas por muitas mãos, que devem ser implementadas em estados e municípios.



Fotos: Arquivo Sinergia CUT



PROPOSTAS APROVADAS NA CONFERÊNCIA NACIONAL

1. Igualdade salarial e transparência no trabalho
2. Redução da jornada de trabalho com equidade de gênero
3. Políticas integradas para autonomia e inclusão das mulheres
4. Implementação da Política Nacional de Cuidados
5. Ampliação do acesso a creches, escolas integrais e centros de cuidado
6. Garantia de direitos relacionados ao cuidado nas relações de trabalho
7. Incentivo ao empreendedorismo feminino com inclusão e equidade
8. Criação de centros de desenvolvimento para mulheres
9. Fortalecimento da economia solidária como política de Estado
10. Educação inclusiva, antirracista e não sexista
11. Ampliação do acesso e permanência das mulheres na educação
12. Fortalecimento da educação pública e formação profissional
13. Implementação da política e saúde integral das mulheres
14. Garantia de direitos sexuais e reprodutivos
15. Consolidação de programas de saúde e educação sexual

NADA DISSO NASCE DO ACASO

Nasce da organização, da presença e da coragem de mulheres que não abrem mão de seus direitos.

Quando as mulheres participam, a democracia avança.

Organização que transforma

Coletivo de Mulheres impulsiona lutas e amplia conquistas

Do 8 de Março à Marcha da Classe Trabalhadora, atuação se intensifica



Fotos: Arquivo Sinergia CUT

Logo nos primeiros meses de 2026, o Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT mostrou a força da sua atuação, com uma intensa agenda de mobilização, formação, articulação e presença nos espaços de luta. Do 8 de Março às demais ações, o Coletivo tem estado nas ruas, nos debates e nos espaços institucionais, fortalecendo a organização das mulheres trabalhadoras e ampliando a luta por direitos.

8 DE MARÇO: LUTA QUE OCUPA AS RUAS

O Coletivo esteve presente nas mobilizações do 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, participando dos atos realizados em Campinas, pela manhã, e em São Paulo, à tarde, somando forças com a CUT, sindicatos, movimentos de mulheres e movimentos sociais.

Os atos reafirmaram a importância da organização coletiva no enfrentamento à violência de gênero, na defesa da democracia, o fim da escala 6x1, e na luta por direitos.



FORMAÇÃO: CONSCIÊNCIA QUE TRANSFORMA

A formação política é um dos pilares da atuação do Coletivo. Por meio do **FormaSin Mulher**, são promovidos espaços de debate, troca de experiências e fortalecimento da consciência crítica, contribuindo para que mais mulheres ocupem seu lugar de fala e de decisão.

No Mês da Mulher de 2026, a atividade contou com a participação de Rosane da Silva, secretária Nacional de Autonomia Econômica, ex-secretária Nacional de Mulheres da CUT e militante do movimento de mulheres. Ela trouxe reflexões sobre o trabalho de cuidado na sociedade e apresentou informações sobre a **Política e o Plano Nacional de Cuidados**.

Ao longo do ano, outros temas também foram debatidos, como o “**Protocolo de Prevenção e Ação em casos de Discriminação**”, em janeiro, com Amanda Corcino (CUT Nacional) e Márcia Viana (CUT-SP), e “**Combate à violência contra as mulheres | Feminicídio**”, com Sofia Toledo, mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos da Fundação Perseu Abramo (NOPPE/FPA).

O encontro mais recente, realizado em 17 de abril, abordou o tema “**Povos originários e os desafios das mulheres indígenas**”, com a participação de Day Poyanawa Puri, mulher indígena, historiadora e liderança indígena em Guarulhos, com atuação na saúde pública e na educação em territórios indígenas.



Rosane Silva, palestrante do FormaSin Mulher do mês de março

CARTA À MINISTRA REFORÇA ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Durante agenda na região de Campinas, a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, participou de atividades com foco nas políticas públicas para as mulheres, incluindo audiência pública na Câmara Municipal, no dia 18 de março.

O Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT entregou à ministra uma carta com as ações desenvolvidas pelo Sindicato e reafirmou o compromisso com o Pacto Nacional “Todos por Todas”, iniciativa do governo federal de enfrentamento ao feminicídio lançada em 2026.

Com base na carta, o Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT destaca como prioridades:

- Formação contínua de lideranças femininas, por meio do FormaSin Mulher;
- Inclusão de cláusulas de gênero nos acordos coletivos, como equidade salarial, ampliação da licença-maternidade e combate ao assédio;
- Incentivo à participação política das mulheres, com acompanhamento de candidaturas e construção de agendas de gênero.



À esquerda, a ministra Márcia Lopes durante a assinatura da carta com ações prioritárias do Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT. À direita, Rosana Gazzolla, coordenadora do Coletivo

CS 2026

O Coletivo das Mulheres também impulsiona a luta das trabalhadoras na Campanha Salarial 2026, com a inclusão de cláusulas voltadas ao combate à violência contra a mulher e à igualdade salarial.

PESQUISA

E para compreender melhor os desafios enfrentados pelas mulheres do setor energético, o Coletivo realizou uma pesquisa sobre o perfil e as condições de trabalho das eletricitárias e gasistas. A iniciativa buscou subsidiar ações mais eficazes na defesa de direitos e na construção de políticas mais justas. A pesquisa online foi aplicada em março e se encerrou em 10 de abril.

“Quando as mulheres se organizam, transformam a realidade e constroem caminhos mais justos para todas”, conclui Rosana Gazzolla, coordenadora do Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT.

É na soma dessas ações, nas ruas, na formação e na escuta, que o Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT reafirma sua força e seu compromisso com a transformação da realidade das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Mobilização que faz avançar

Da base às conquistas: atuação do Coletivo fortalece a luta

Presença nos locais de trabalho, criação de estruturas, combate ao assédio e mobilização nacional marcam os avanços recentes



É na base que a luta se concretiza. A atuação do Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT se constrói no cotidiano, na presença constante nos locais de trabalho, no diálogo com as trabalhadoras e na organização das lutas. É nesse espaço que as demandas ganham forma, se transformam em conquistas e avançam para mobilizações mais amplas.

Entre os avanços recentes, destaca-se a criação da Secretaria de Mulheres para o próximo mandato, uma conquista importante que fortalece a organização e amplia a atuação das mulheres dentro do Sindicato.

Em Campinas (SP), por exemplo, a criação da Secretaria da Mulher em 2025 foi aprovada como resposta à necessidade de fortalecer a proteção dos direitos das mulheres.

A medida reorganiza estruturas que antes estavam na assistência social, garantindo uma pasta específica para tratar dessa política.

Esse avanço dialoga com a orientação nacional, já que o Ministério das Mulheres vem incentivando a criação das Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPMs) como prioridade na gestão pública.

A consolidação de uma Secretaria da Mulher é, portanto, um passo fundamental para tirar a pauta da igualdade de gênero do discurso e garantir políticas concretas e permanentes.

PROTOCOLO DE COMBATE AO ASSÉDIO

Outro passo fundamental é a implementação do Protocolo de Prevenção e Ação em Casos de Discriminação, Assédio e Violência, que estabelece diretrizes para prevenir, acolher e enfrentar situações de violência no ambiente de trabalho.

A adesão ao protocolo, construído pela CUT, representa um avanço importante na construção de

ambientes mais seguros e respeitosos, ao definir procedimentos claros para o tratamento de denúncias e o enfrentamento de práticas abusivas.

Além de orientar a prevenção, o documento também prevê mecanismos de apuração e responsabilização, contribuindo para romper com a naturalização de comportamentos discriminatórios e garantir que casos de assédio e violência não sejam silenciados.

Com caráter educativo e preventivo, o protocolo reforça a necessidade de mudança na cultura organizacional, promovendo o respeito, a dignidade e a proteção das trabalhadoras e trabalhadores.

AÇÃO NA BASE: DIÁLOGO E ORGANIZAÇÃO

A presença na base segue sendo um dos pilares

da atuação do Coletivo.

Por meio da entrega de boletins e do diálogo direto com as trabalhadoras, fortalece a organização, amplia a informação e aproxima o Sindicato da realidade vivida nos locais de trabalho.

No Mês da Mulher, as dirigentes intensificaram essa atuação, percorrendo unidades, distribuindo o boletim especial e promovendo conversas sobre temas urgentes, como o feminicídio e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (*leia mais sobre esses assuntos na página 4*).

Mais do que informar, a iniciativa cria espaço de escuta, troca e conscientização, fortalecendo a luta coletiva e incentivando o enfrentamento à violência no cotidiano das trabalhadoras.

Mobilização nacional: Coletivo na marcha em Brasília

O Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT também esteve presente na Marcha da Classe Trabalhadora, em Brasília, no dia 15 de abril, junto com demais dirigentes do Sinergia CUT, reforçando seu compromisso com a luta nacional em defesa dos direitos da classe trabalhadora e das mulheres.

A mobilização reuniu milhares de trabalhadoras e trabalhadores de todo o país, com pautas como o fim da escala 6x1, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Segundo os organizadores, a marcha combinou mobilização e um sentimento de conquista nas reivindicações históricas da classe trabalhadora.

Assim, a atuação do Coletivo reafirma que, é na organização e na presença cotidiana que a luta avança, transforma a realidade e garante que os direitos das mulheres saiam do papel e se consolidem na prática.



Foto: Sinergia CUT



Rosana Gazzolla, coordenadora do Coletivo de Mulheres, fala sobre a Criação da Secretaria de Mulheres no Congresso do Sinergia

Nenhuma a menos

Enfrentar a violência contra as mulheres é urgente

Leis, políticas públicas e medidas de proteção são ferramentas fundamentais no combate à violência contra as mulheres. Conhecer esses instrumentos é parte da luta

A violência contra as mulheres continua sendo uma realidade alarmante no Brasil, marcada por números crescentes, histórias interrompidas e pela persistência de uma estrutura que ainda naturaliza a desigualdade de gênero.

Diante desse cenário, o enfrentamento à violência exige respostas firmes, integradas e urgentes por parte do poder público, das instituições e da sociedade como um todo. Mais do que indignação, é necessário garantir políticas públicas eficazes, ampliar os mecanismos de proteção e fortalecer a responsabilização dos agressores.

Nos últimos anos, através de muita luta, avanços importantes foram conquistados, com a criação de leis específicas, o fortalecimento de instrumentos de monitoramento e a construção de políticas nacionais de enfrentamento. Ainda assim, o desafio permanece: transformar essas ferramentas em proteção real na vida das mulheres.

Conhecer esses direitos e instrumentos é parte fundamental da luta.



FEMINICÍDIO É CRIME E TEM LEI ESPECÍFICA

Criada em 2015, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104) incluiu no Código Penal o assassinato de mulheres por razão de gênero como crime hediondo. Isso significa penas mais severas e o reconhecimento de que essas mortes não são casos isolados, mas resultado da desigualdade e da violência estrutural contra as mulheres.

A lei considera feminicídio quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação à condição de mulher.

A legislação também prevê aumento de pena quando o crime é cometido durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, contra menores de 14 anos, maiores de 60 anos ou pessoas com deficiência, ou ainda na presença de familiares da vítima.

Mais do que punir, a legislação reforça a necessidade de prevenção e de políticas públicas que protejam a vida das mulheres.

VICARICÍDIO

O chamado vicaricídio, quando o agressor atinge filhos ou pessoas próximas para atingir a mulher, ainda não possui tipificação específica no Código Penal brasileiro.

No entanto, esses crimes são enquadrados como homicídio qualificado, podendo ter agravantes, especialmente quando há contexto de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

O tema vem ganhando reconhecimento no Judiciário, em políticas públicas e no debate legislativo, justamente por evidenciar formas extremas de violência de gênero.

A ausência de tipificação específica reforça a necessidade de avanço na legislação e na proteção às mulheres e suas famílias.

PACTO NACIONAL

Enfrentamento exige ação conjunta. O Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, lançado em fevereiro, em Brasília (DF), reúne os Três Poderes e a sociedade para enfrentar a violência contra mulheres e meninas de forma articulada.

A iniciativa reconhece que o feminicídio é resultado de um ciclo contínuo de violências e propõe ações integradas de prevenção, proteção, responsabilização dos agressores e fortalecimento da rede de atendimento.

Também prevê monitoramento das políticas públicas e incentiva o engajamento de sindicatos, movimentos sociais e da sociedade civil.

Enfim, o Pacto Nacional é um importantíssimo instrumento no combate à violência contra mulheres e meninas, porque reconhece que a violência contra a mulher no Brasil é estrutural.

TORNOZELEIRA ELETRÔNICA

Tecnologia a favor da proteção das mulheres. O uso de tornozeleira eletrônica em agressores é uma medida que vem sendo ampliada no Brasil como forma de garantir o cumprimento de medidas protetivas. O equipamento permite monitorar a localização do agressor e pode emitir alertas quando há aproximação indevida da vítima.

Essa ferramenta aumenta a segurança das mulheres e ajuda a prevenir novas agressões, mas sua eficácia depende de fiscalização, estrutura e rapidez na resposta das autoridades.

INFORMAÇÃO TAMBÉM É PROTEÇÃO

A informação é uma aliada fundamental no enfrentamento à violência. Conhecer os direitos, exigir políticas públicas e fortalecer a organização coletiva são passos essenciais para transformar a realidade e garantir que nenhuma mulher tenha sua vida interrompida pela violência.

É com esse compromisso que o Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT atua: levando informação, promovendo o debate e fortalecendo a organização das trabalhadoras na base, nos espaços de decisão e nas mobilizações.

Em todas as suas ações, o Coletivo reafirma que a luta contra a violência exige presença, articulação e continuidade, porque é na organização coletiva que se contrói caminhos para uma sociedade mais justa, segura e igualitária para todas e todos. "Vamos seguir juntas, encontrando força para resistir e transformar", conclui Rosana Gazzolla, coordenadora do Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo. Sede: Rua Doutor Quirino, 1509 - Centro - Campinas, SP CEP: 13015-082. Fones: Campinas Sede (19) 3739-4600

Diretor de Comunicação: Carlos Eduardo Fábio

Redação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lilian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Responsável por esta Edição: Rosana Gazzolla Fávoro (Coordenadora do Coletivo de Mulheres do Sinergia CUT)

Ilustração: Ubiratan Dantas E-mail: comunicacao@sinergiaspcut.org.br

EXPEDIENTE

SINERGIA
Sindicato dos Trabalhadores
Energéticos do Estado de São Paulo